

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025

Município de Alto Alegre/RS

Secretaria municipal de educação, secretaria de administração, secretaria de saúde, secretaria de obras urbanas, secretaria de obras do interior, secretaria de agricultura, secretaria de assistência social,

Necessidade da Secretaria: Aquisição de Combustíveis (gasolina comum, óleo diesel tipo S10 e óleo diesel comum), destinados ao Consumo dos Veículos Automotores e Maquinários de Propriedade do Município de Alto Alegre/RS.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Constitui o objeto da presente licitação a aquisição de Combustíveis (gasolina comum, óleo diesel tipo S10 e óleo diesel comum), destinados ao Consumo dos Veículos Automotores e Maquinários de Propriedade do Município de Alto Alegre/RS.

1.2. Considerando que a Prefeitura Municipal de Alto Alegre/RS não possui tanque de estocagem de combustível, deve a Licitante interessada em participar do certame, caso vencedora, obrigar-se a fornecer os combustíveis diretamente nos veículos e máquinas da municipalidade, com bombas localizadas em até 05 (cinco) Km (quilômetros) da sede do município, visando a economia de tempo, desgaste de máquinas, risco de acidentes e redução de custos.

1.3. Quadro geral:

Item	Produto	Quantidade
1.0	Gasolina Comum	60.000 litros
2.0	Óleo Diesel Comum	90.000 litros
3.0	Óleo Diesel S10	100.000 litros

1.3.1. Distribuído da seguinte forma por Secretaria:

SECRETARIAS	QUANTIDADE
Secretaria da Administração	
Gasolina Comum	5.100 L
Secretaria da Agricultura	
Gasolina Comum	8.000 L
Diesel Comum	39.000 L
Secretaria de Assistência Social	
Gasolina Comum	6.000 L
Secretaria de Educação	
Gasolina Comum	4.000 L

Diesel Comum	9.000 L
Diesel S10	22.000 L
Gabinete	
Gasolina Comum	7.000 L
Secretaria de Obras Interior	
Gasolina Comum	2.500 L
Diesel Comum	30.000 L
Diesel S10	68.000 L
Secretaria de Obras Urbanas	
Gasolina Comum	2.500 L
Diesel Comum	8.000 L
Diesel S10	3.000 L
Secretaria da Saúde	
Gasolina Comum	23.400 L
Diesel S10	7.000 L
Secretaria da Fazenda	
Gasolina Comum	1.500 L

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1. A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de Alto Alegre/RS, como se vê dos itens 3049,3050,3051 daquele documento, estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição dos referidos materiais tem natureza de *bem comum*, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII e XLI da Lei Federal nº 14.133/2021 e será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, art. 17, § 2º, e art. 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. O prazo de vigência da presente licitação inicia-se a partir da assinatura do contrato até 31/12/2025 podendo ser prorrogado sucessivamente, por iguais e sucessivos períodos, de acordo com o disposto no art.107 da Lei 14.133/2021.

3.3. DAS OBRIGAÇÕES:

3.4. A contratada obriga-se a:

- I- Entregar os materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas neste ETP, com a observância as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e Legislação pertinente.
- II- Substituir os produtos fornecidos nos quais se verificarem adulteração, no prazo máximo

de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação que lhe será entregue;

III- Cumprir fielmente as obrigações definidas neste ETP, de forma que o objeto deverá ser entregue de acordo com as exigências nela contidas;

IV- Prestar todos os esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas;

V- Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

VI- Manter, durante toda a execução da contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no ato convocatório;

VII- Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte (frete), embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;

VIII- Comunicar ao Município, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis quando há impossibilidade de entrega de material que impossibilitem o seu cumprimento;

IX- O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Fornecedor para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

3.5. O município obriga-se a:

I- Acompanhar a entrega do objeto;

II- Comunicar ao Fornecedor toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição dos produtos, como por exemplo a quantidade a ser entregue;

III- Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento dos termos deste instrumento;

IV- Verificar a regularidade da situação fiscal do Fornecedor e dos recolhimentos sociais, trabalhistas sob sua responsabilidade, antes de efetuar cada pagamento devido;

V- Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pelo Fornecedor e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta os fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, o material que o Fornecedor entregar fora das especificações deste ETP;

VI- Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento;

VII- Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Fornecedor;

VIII- Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitação exigidas;

IX- Permitir o livre acesso do pessoal do Fornecedor ao local de entrega do objeto;

X- Notificar por escrito ao Fornecedor, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

XI- Aplicar a contratada as sanções cabíveis;

3.6. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma

eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, nos termos dos Art. 6º, XLI, Art. 17, § 2º, Art. 28, I, Art. 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.7.Sanções Administrativas:

3.7.1. O Contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o referido processo ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

3.7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item **3.7.** deste ETP, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

3.7.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 3.7.1. do presente ETP poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

3.7.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de

outras sanções.

3.7.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

3.7.6. A aplicação das sanções previstas no item 3.7 deste ETP não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

3.7.7. Na aplicação da sanção prevista no item 3.7, alínea “b”, do presente ETP, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

3.7.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 3.7. do presente ETP, o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3.7.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

3.7.10. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

3.7.11. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

3.4. Habilitação Jurídica:

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF), se o contratado for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), se o contratado for pessoa jurídica;

d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.5. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Fazenda Estadual e/ou Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

3.6. Habilitação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 dias da data designada para a apresentação do documento;
- b) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;
- c) Para comprovação da boa situação financeira da empresa, serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula:

Ativo Circulante

LIQUIDEZ CORRENTE:----- = índice mínimo: (1)
Passivo Circulante

Ativo Circulante + Ativo Não Circulante

LIQUIDEZ GERAL:----- = índice mínimo: (1)
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

GRAU DE ENDIVIDAMENTO:----- = índice máximo: (1)
Ativo Total

3.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Licença de Operação emitida pelo órgão competente (Fepam), para comércio varejista de Combustíveis.

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 1.666.800,00 conforme tabela a seguir:

Item	Produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
1.0	Gasolina Comum	60.000 litros	R\$ 6,62	R\$ 397.200,00
2.0	Óleo Diesel Comum	90.000 litros	R\$ 6,64	R\$597.600,00
3.0	Óleo Diesel S10	100.000 litros	R\$ 6,72	R\$672.000,00
Valor total:				R\$ 1.666.800,00

4.2. Os valores para aquisição dos combustíveis foram obtidos por meio do sistema *Banco de Preço* e efetuadas com base nos Decretos Municipais números 3.589/2023 e 3.588/2023, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação no âmbito do Município de Alto Alegre/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

4.3. Os valores foram reajustados em relação a licitação anterior pregão eletrônico nº 45/2024, em virtude da mesma não ter participantes, troca de ano e reajuste.

5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

5.1. Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a aquisição de Combustíveis (gasolina comum, óleo diesel tipo S10 e óleo diesel comum), destinados ao Consumo dos Veículos Automotores e Maquinários de Propriedade do Município de Alto Alegre/RS.

5.2. Tais referências foram obtidas por meio de pesquisa de valores encontrados no sistema Banco de Preço e efetuadas com base no Decreto Municipal nº 3.588/2023 que “Institui normas para o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Município de Alto Alegre/RS” e no Decreto Municipal nº 3.589/2023 “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Alto Alegre/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

5.3. Neste sentido, segue os potenciais fornecedores dos objetos são: Posto de combustíveis coqueirense Ltda, Cadore Combustíveis Ltda, Inovar produtos agrícolas Ltda, central de combustíveis e lubrificantes Ltda, carpes comercial de combustíveis Ltda, rede furnas comercio de combustíveis Ltda, auto posto bassi Ltda.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DAS QUANTIDADES

6.1. As quantidades foram estimadas considerando as necessidades das secretarias e de acordo com o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2023, houve um aumento nas mesmas em função da aquisição de novos maquinários/veículos.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução proposta é a aquisição de Combustíveis (gasolina comum, óleo diesel tipo S10 e óleo diesel comum), destinados ao Consumo dos Veículos Automotores e

Maquinários de Propriedade do Município de Alto Alegre/RS.

7.2. O ciclo de vida desta solução baseia-se, nos critérios de sustentabilidade, nas diretrizes elaboradas nas características técnicas de cada produto desde a fabricação até a destinação final e em conformidade com a Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Nos termos do Art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente licitação atenderá ao princípio do parcelamento, visto que é tecnicamente viável e economicamente vantajosa para a administração. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo Art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

8.2. Em vista disto, o princípio do parcelamento deverá ser aplicado à presente contratação.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

9.2. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

9.3. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

10.2. A fiscalização da execução do objeto, será exercida pelas Secretarias Municipais conforme nomeação da Portaria nº 11.728/2025.

10.2.1. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) Elaboração de minuta do edital;
- b) Realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação pela Portaria nº 11.728/2025 de equipe de apoio
- d) Elaboração de minuta do contrato;
- e) Encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;

- g) Publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) Realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) Realização de empenho; e
- k) Assinatura e publicação do contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

11.2. Os bens que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. IMPACTO AMBIENTAL:

- Possível contaminação do solo, cursos de água e lençol freático.
- Geração de gases do efeito estufa.

12.2. MEDIDAS DE TRATAMENTO:

- Os veículos deverão estar sempre com a manutenção preventiva e corretiva em dia para evitar o excesso de consumo de combustível, e a emissão de gases na atmosfera.
- Os combustíveis deverão ser adquiridos de postos com fiscalizações periódicas, tanto da ANP quanto de outros órgãos de controle (como INMETRO) e estar devidamente registrado e licenciado pela ANP.
- Os colaboradores responsáveis pelos veículos deverão ser orientados adotar práticas sustentáveis, como evitar que o veículo permaneça ligado desnecessariamente, observar as condições do veículo sempre que for utilizá-lo, observando possíveis vazamentos, a calibragem correta dos pneus, nível de óleo e fluidos.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria da Administração

Projeto/Atividade: 2200

Elemento: 3390.30.00.00.00.00.0001

Secretaria da Agricultura

Projeto/Atividade: 2702

Elemento: 3390.30.00.00.00.00.0001

Projeto/Atividade: 2702

Elemento: 3390.30.00.00.00.00.1002

Secretaria de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2602
Elemento: 3390.30.00.00.00.00.1113

Projeto/Atividade: 2601
Elemento: 3390.30.00.00.00.00.0001

Projeto/Atividade: 2604
Elemento: 3390.30.00.00.00.00.0001

Projeto/Atividade: 2605
Elemento: 3390.30.00.00.00.00.0001

Projeto/Atividade: 2609
Elemento: 3390.30.00.00.00.00.0001

Projeto/Atividade: 2608
Elemento: 3390.30.00.00.00.00.0001

Secretaria de Educação

Projeto/Atividade: 2403
Elemento: 3390.30.00.00.00.00.0020

Projeto/Atividade: 2403
Elemento: 3390.30.00.00.00.00.1025

Projeto/Atividade: 2403
Elemento: 3390.30.00.00.00.00.1118

Projeto/Atividade: 2403
Elemento: 3390.30.00.00.00.00.1119

Projeto/Atividade: 2403
Elemento: 3390.30.00.00.00.00.1120

Gabinete

Projeto/Atividade: 2101
Elemento: 3390.30.00.00.00.00.0001

Secretaria de Obras Interior

Projeto/Atividade: 2001
Elemento: 3390.30.00.00.00.00.0001

Projeto/Atividade: 2003
Elemento: 3390.30.00.00.00.00.0001

Secretaria de Obras Urbanas

Projeto/Atividade: 2900
Elemento: 3390.30.00.00.00.00.0001

Projeto/Atividade: 2905

Elemento: 3390.30.00.00.00.00.0001

Projeto/Atividade: 2906

Elemento: 3390.30.00.00.00.00.0001

Secretaria da Saúde

Projeto/Atividade: 2501

Elemento: 3390.30.00.00.00.00.0040

Projeto/Atividade: 2501

Elemento: 3390.30.00.00.00.00.4011

Projeto/Atividade: 2501

Elemento: 3390.30.00.00.00.00.4090

Projeto/Atividade: 2501

Elemento: 3390.30.00.00.00.00.4500

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Alto Alegre/RS, 07 de janeiro de 2025.

Sandra Provensi

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Turismo

Henrique Dalberto

Secretária Municipal de Administração

Maiqueli Schavetock Florencio
Secretaria Municipal de Assistência social

Daltro Cardoso
Secretária Municipal de Saúde

Tharles Musskopf
Secretário Municipal de Agricultura

Jocilmar Barbosa
Secretário Municipal de Obras urbanas

Selmiro Luiz Demaman
Secretário Municipal de Obras do interior

